

Banco Ourinvest S.A.

**Demonstrações contábeis
consolidadas - Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de
2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Diretores e aos acionistas do
Banco Ourinvest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Ourinvest S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos



independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Ourinvest S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Ourinvest S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para fins gerais referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2018.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in purple ink, reading 'Carlos Massao Takauthi'.

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Banco Ourinvest S.A.Av. Paulista, nº 1.728 - Sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - São Paulo - SP
www.ourinvest.com.br

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota Explicativa	2017	2016	Passivo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante		840.224	878.053	Circulante		596.896	645.834
Disponibilidades	5a	220.350	168.587	Depósitos	14	103.538	165.862
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	82.566	223.613	Depósitos a Prazo		103.538	165.862
Aplicações em Operações Compromissadas		82.566	223.613	Obrigações por empréstimos	18	10.119	45.631
Títs. e Valrs. Mobiliários e Instrum. Fin. Derivativos		118.108	171.268	Empréstimos no exterior		10.119	35.133
Carteira Própria	9a1	55.648	67.878	Empréstimos no País		-	10.498
Instrumentos Financeiros Derivativos	7a/c	246	2.722	Obrigações por Operações Compromissadas	15	4.995	3.546
Vinculados a Operações Compromissadas	7a/15	4.821	3.572	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares	16	84.408	105.117
Vinculados à Prestação de Garantias	7a	57.393	97.096	Relações Interdependências - Ordens de pagamento	17	31.367	78.485
Operações de Crédito		56.856	34.229	Instrumentos Financeiros Derivativos	7c	265	1.270
Setor Privado	8a	60.076	38.378	Outras Obrigações		362.204	245.923
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa		(3.220)	(4.149)	Cobrança e Arrec. Tribut. e Assemelhados		4.594	544
Outros Créditos	9	356.834	279.381	Carteira de Câmbio	9a	71.354	14.680
Carteira de Câmbio	9a	69.127	14.189	Fiscais e Previdenciárias	19b	26.849	43.100
Rendas a Receber		3.029	3.590	Sociais e Estatutárias	19a	2.052	10.761
Negociação e Intermediação de Valores		6.734	3.541	Negociação e Intermediação de Valores		67.890	58.440
Títulos e Créditos a Receber	8a	262.289	223.306	Diversos		189.465	118.398
(-) Outros Créditos em Liquidação Duvidosa		(715)	(375)	Exigível a Longo Prazo		73.480	105.693
Crédito Tributário	9b	1.943	3.140	Depósitos	14	60.590	91.240
Diversos		14.427	31.990	Depósitos a Prazo		60.590	91.240
Outros Valores e Bens	10	5.510	975	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares	16	12.889	14.452
Bens não de Uso Próprio		4.118		Resultados de Exercícios Futuros		1	1
Despesas Antecipadas		1.392	975	Patrimônio Líquido	22	177.533	136.696
Realizável a Longo Prazo		4.711	5.885	Capital Social		44.000	44.000
Operações de Crédito	8a	3.060	4.664	De Domiciliados no País		44.000	44.000
Setor Privado		3.083	5.599	Reserva de Lucros		55.429	30.030
(-) Provisão para Créditos em Liquidação Duvidosa		(23)	(935)	Participação do não controlador		78.104	62.666
Outros Créditos		1.651	1.221				
Títulos e Créditos a Receber	8a	-	510				
Crédito Tributário	9b	1.651	711				
Permanente		2.974	4.285				
Investimentos		212	1.235				
Participações em Coligadas e Controladas	11a	-	1.052				
Outros Investimentos	11b	212	218				
(-) Provisões para Perdas	11b	-	(35)				
Imobilizado de Uso	12	1.686	1.626				
Outras Imobilizações de Uso		5.929	5.318				
(-) Depreciações Acumuladas		(4.243)	(3.692)				
Intangível	13	1.076	1.424				
Outros Ativos Intangíveis		5.232	4.781				
(-) Amortizações Acumuladas		(4.156)	(3.357)				
Total		847.909	888.223	Total		847.909	888.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ourinvest S.A.

Av. Paulista, nº 1.728 - Sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - São Paulo - SP

www.ourinvest.com.br

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstrações de resultados

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	2º Sem/2017	2017	2016
Receitas das Intermediações Financeiras		118.359	236.505	287.991
Operações de Crédito	8e	30.184	57.647	62.445
Resultado de Operações de Câmbio	9a1	67.197	135.504	94.667
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	7b	17.641	41.887	42.903
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7c1	3.337	1.467	87.976
Despesas das Intermediações Financeiras		(17.678)	(48.049)	(52.311)
Operações de Captação no Mercado	14b	(12.806)	(33.945)	(44.923)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(4.286)	(9.118)	(1.101)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(586)	(4.986)	(6.287)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		100.681	188.456	235.680
Outras Despesas/Receitas Operacionais		(72.177)	(141.451)	(152.190)
Receitas de Prestação de Serviços	23	19.956	38.915	27.031
Despesas de Pessoal	24	(43.280)	(82.453)	(75.502)
Outras Despesas Administrativas	25	(41.882)	(83.567)	(83.167)
Despesas Tributárias	26	(9.346)	(18.676)	(20.688)
Resultado de Participações Societárias		-	559	-
Outras Receitas Operacionais	27	4.775	7.508	8.459
Outras Despesas Operacionais	28	(2.400)	(3.737)	(8.323)
Resultado Operacional		28.504	47.005	83.490
Resultado Não Operacional	29	(1.072)	(1.832)	-
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		27.432	45.173	83.490
Impostos e Contribuições	21	(7.541)	(16.479)	(32.454)
Imposto de Renda		(3.190)	(8.850)	(15.225)
Contribuição Social		(2.826)	(7.371)	(12.557)
Ativo Fiscal Diferido		(1.525)	(258)	(4.672)
Participações no Lucro		(2.623)	(3.451)	(2.250)
Lucro Líquido do Exercício/Semestre		17.268	25.243	48.786
Juros sobre capital próprio		(4.300)	(7.000)	(8.146)
Atribuível ao acionista controlador		9.396	16.125	57.745
Atribuível ao acionista não controlador		3.572	2.118	(17.105)
Nº de Ações		6.824.602	6.824.602	6.824.602
Lucro Líquido do Exercício/Semestre por Ação - em R\$		2,53	3,70	7,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ourinvest S.A.

Av. Paulista, nº 1.728 - Sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - São Paulo - SP
www.ourinvest.com.br

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não Controlador	Total
		Legal	Outras				
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	44.000	3.281	6.131	-	53.412	73.508	126.920
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	61.945	61.945	(13.159)	48.786
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Destinação das Reservas de Lucros:							
- Reserva Legal	-	1.952	-	(1.952)	-	-	-
- Reserva Especial de Lucros	-	-	23.622	(46.519)	(22.897)	22.897	-
- Dividendos não pagos	-	-	1.174	-	1.174	(8.336)	(7.162)
- Provisão de Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	-	(9.274)	(9.274)	(129)	(9.403)
- Remuneração de Capital	-	-	(6.130)	(4.200)	(10.330)	(3.947)	(14.277)
- Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	832	832
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	44.000	5.233	24.797	-	74.030	62.666	136.696
Saldos em 30 de Junho de 2017	44.000	5.704	40.329	-	90.033	80.462	170.495
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	12.596	12.596	4.672	17.268
Redução de capital	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Destinação das Reservas de Lucros:							
- Reserva Legal	-	630	-	(630)	-	-	-
- Reserva Especial de Lucros	-	-	8.766	(8.766)	-	-	-
- Dividendos não pagos	-	-	-	-	-	70	70
- Remuneração de Capital	-	-	-	(3.200)	(3.200)	(1.100)	(4.300)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	44.000	6.334	49.095	-	99.429	78.104	177.533
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	44.000	5.233	24.797	-	74.030	62.666	136.696
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	22.025	22.025	3.218	25.243
Aumento de capital	-	-	-	-	-	6.161	6.161
Destinação das Reservas de Lucros:							
- Reserva Legal	-	1.101	-	(1.101)	-	(1.600)	(1.600)
- Reserva Especial de Lucros	-	-	15.024	(15.024)	-	8.499	8.499
- Dividendos não pagos	-	-	9.274	-	9.274	260	9.534
- Remuneração de Capital	-	-	-	(5.900)	(5.900)	(1.100)	(7.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	44.000	6.334	49.095	-	99.429	78.104	177.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ourinvest S.A.

Av. Paulista, nº 1.728 - Sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - São Paulo - SP

www.ourinvest.com.br

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

Demonstrações dos fluxos de caixa*Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado*

	Nota Explicativa	2º Sem/2017	2017	2016
Atividades operacionais				
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		27.432	45.173	83.490
Ajustes ao Lucro Líquido		(19.589)	(33.294)	(10.519)
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		1.523	4.986	6.287
Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários		178	178	(2.556)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		8.680	(258)	(4.672)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(16.221)	(16.221)	(27.782)
Depreciações e Amortizações		(162)	482	1.234
Provisão para Passivos Contingentes		118	586	150
Reversão de Provisões		32	-	(26)
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários		(9.283)	(17.765)	22.852
Participações Estatutárias no Lucro		(2.623)	(3.451)	(8.380)
Resultado das Variações Cambiais não realizadas		(1.831)	(1.831)	2.374
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento)/Diminuição		(70.816)	(45.276)	(81.855)
Tits. e Valrs. Mobiliários e Instrum. Fin. Derivativos		50.766	70.747	(36.065)
Operações de Crédito		(18.506)	(26.009)	(30.946)
Outros Créditos		(98.962)	(77.883)	(7.876)
Outros Valores e Bens		(3.393)	(4.535)	1.452
Ouro compras não recebidas		2.308	(4.567)	(6.587)
Depósito em ME - Conta margem		(3.029)	(3.029)	(1.833)
Variação em Passivos Operacionais - Aumento/(Diminuição)		3.823	(72.203)	165.854
Depósitos		(103.540)	(92.974)	37.209
Obrigações por Operações Compromissadas		(1.429)	1.449	1.357
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. e Similares		7.984	(22.272)	93.862
Relações Interdependências		(4.101)	(47.118)	76.947
Instrumentos Financeiros e Derivativos		39.580	(1.005)	7.232
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(35.525)	(35.512)	(199)
Outras Obrigações		100.854	125.229	(50.554)
Variação em Resultados de Exercícios Futuros - Aumento/(Diminuição)		2	-	-
Caixa Proveniente/Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento/(Diminuição)		(59.148)	(105.600)	156.970
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos		(3)	1.023	(55)
Imobilizado de Uso		(326)	(542)	(1.237)
Intangível		467	348	387
Caixa Proveniente/Aplicado nas Atividades de Investimento - (Aumento)/Diminuição		138	829	(905)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento/Diminuição de capital		(6.000)	6.161	(9.000)
Remuneração de Capital		(4.300)	(7.000)	(8.146)
Transferência para não controlador		(1.602)	6.899	-
Caixa Proveniente/Aplicado nas Atividades de Financiamento - Aumento/(Diminuição)		(11.902)	6.060	(17.146)
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(70.912)	(98.711)	138.919
Modificações na posição financeira de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Saldo no início do exercício/semestre		364.401	392.200	247.235
Saldo no final do exercício/semestre	5b	293.489	293.489	386.154
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(70.912)	(98.711)	138.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Conglomerado Prudencial Ourinvest é formado por: Banco Ourinvest S.A., Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A., conforme quadro descritivo apresentado a seguir, com os respectivos percentuais de participação:

Conglomerado Prudencial Ourinvest	2017		2016	
Empresas	(%) Percentual de Consolidação	Controle	(%) Percentual de Consolidação	Controle
Banco Ourinvest S.A. ⁽¹⁾	100,00%	Sim	100,00%	Sim
Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	100,00%	Não	50,00%	Sim
Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. ⁽³⁾	100,00%	Não	100,00%	Não
Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁴⁾	100,00%	Não	100,00%	Não

- (1) O Banco Ourinvest S.A. (“Banco”) mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista, nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo – SP, e desenvolve suas operações através das carteiras de: (i) investimento, (ii) câmbio e (iii) crédito e financiamento e atua também no mercado de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.
- (2) A Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado. A Distribuidora tem por objeto social atuar na subscrição e emissão de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) para venda, intermediar oferta pública e distribuição de TVM no mercado, encarregar-se da custódia de TVM, entre outros.
- Em instrumento de venda, compra e permuta de ações e outras avenças de 26 de junho de 2017, o Banco vendeu a totalidade de suas ações, 5.000.197, da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para os acionistas diretos Ourinvest Participações S.A. (“Holding Ourinvest”).
- (3) A Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, controlada pela Supplier Participações S.A., constituída em 28 de maio de 2014, tendo por objeto social principal atuar como emissora de administradora de cartão de crédito e de outros tipos ou modalidades, além da prática de atividades correlativas, inclusive em regime de consórcio; nessas atividades inclui-se a emissão de títulos de crédito e rotineiramente sua cessão. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua matriz está localizada na Av. Paulista, nº 1.728, São Paulo/SP.
- (4) Em agosto de 2007, a Supliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. adquiriu o controle da Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”) e é uma sociedade por ações que tem como objeto social principal atuar como companhia securitizadora de créditos financeiros oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais e investimento, e sociedade de arrendamento mercantil na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la. A Companhia está domiciliada no Brasil e está localizada na Av. Paulista, nº 1.728, São Paulo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

O Banco Central do Brasil, através dos Ofícios nºs 6.059/2016 e 19.936/2016, determinou a inclusão das empresas Supliercard Administradora de Cartões de Crédito e Supplier Companhia Securitizadora de Créditos na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, da Lei das Sociedades por Ações, e consolidadas conforme previsto nos normativos do Bacen, Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014.

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram aprovadas em 28 de março de 2018.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais o Banco detenha controle direto ou indireto, seguindo os seguintes critérios:

- Correspondentes à mesma data-base.
- Aplicadas as mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizados pela instituição-líder.
- Os ajustes estejam sujeitos às mesmas normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
- Nos negócios realizados entre instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, procedemos à eliminação:
- Dos saldos de quaisquer contas, representados no ativo de uma entidade, contra os respectivos saldos representados nos demonstrativos da outra.
- De resultados não realizados que estejam incluídos no ativo de uma entidade, contra o respectivo resultado do exercício ou patrimônio líquido da outra.
- Nas participações societárias, diretas ou indiretas, entre as empresas integrantes do Conglomerado Prudencial, devem ser observados os seguintes procedimentos:
- Eliminar o valor do investimento de uma entidade contra a correspondente participação no patrimônio líquido da outra.
- Apresentar as participações de não controladores de forma destacada, nas demonstrações contábeis consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual o Banco atua (moeda funcional) Reais (Brasil).

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para contingências e a valorização de instrumentos

financeiros, inclusive os derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Conglomerado revisa as estimativas e premissas mensalmente.

d. Caixa e equivalente de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos circulante e realizável a longo prazo

• ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• ***Títulos e Valores Mobiliários***

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (*hedge*). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

h. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8d.

i. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou transferência deste.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

j. Bens não de uso próprio

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

k. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pro rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

l. Permanente

- (i) **Investimentos** - O investimento em empresa controlada era avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

As ações da CETIP Educacional foram avaliadas pelo valor de mercado na data da desmutualização, as ações da ANBIMA estão avaliadas pelo custo de aquisição e as ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão foram atualizadas pelo boletim diário de informações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão do último dia útil do exercício. Os incentivos fiscais e outros investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

- (ii) **Imobilizado** - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.
- (iii) **Intangível** - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e são amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil-econômica desses ativos intangíveis.
- (iv) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)** - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

m. Passivos circulante e exigível a longo prazo

- ***Depósitos***

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

- ***Empréstimos e repasses no exterior***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de taxa prefixada, libor e variações cambiais incorridas até a data dos balanços.

- ***Empréstimo de ouro***

São demonstrados pelos valores de custo, acrescidos do aluguel e da variação da cotação do ouro incorridos até as datas dos balanços.

- ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica são um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões, à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por ano para imposto de renda e à alíquota de 15% sobre o lucro tributável para contribuição social. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, gerado a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20% (vide Nota Explicativa nº 21). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados com base na aplicação

das alíquotas vigentes para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Comitê de Risco do Banco e da Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é consolidada/apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela Alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Os relatórios quanto às estruturas de Gerenciamento de Riscos Financeiros (Operacional, Crédito, Liquidez e Mercado) do Banco estão disponíveis no *site* do Banco em: <http://www.ourinvest.com.br/pt/portifolio/empresas/documentos>. A área de Controles de Riscos tem como atividades principais:

- Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição aos riscos no âmbito de portfólio, preparando informações a ser submetidas à Diretoria responsável pelo Risco.
- Documentar, divulgar e disponibilizar as Metodologias, os Modelos e as Ferramentas que proporcionem a efetividade na gestão dos riscos, em conformidade com as melhores práticas, em documentos internos do Banco.
- Disponibilizar à Diretoria responsável pelo Risco informações relacionadas à Carteira que possam expor o Banco a perdas de qualquer natureza citada (Liquidez, Operacional, Mercado e/ou Crédito), seu impacto resultante, assim como suprir, tempestivamente, com informações precisas, rápidas, seguras e relevantes sobre os riscos potenciais.
- Avaliar as perspectivas macroeconômicas, mudanças em mercado e produtos, os efeitos de concentração setorial e geográfica, entre outros.
- Realizar testes de estresse da Carteira, de forma a subsidiar a revisão das Políticas e Limites Operacionais.
- Realizar Backtest.
- Apurar a alocação de Capital com intuito de atender ao Acordo de Basileia.
- Interagir com as demais áreas e com o mercado, no sentido de obter subsídios que possam contribuir com a segurança, a rentabilidade e a liquidez das operações.
- Atuar de forma a consolidar a cultura das melhores práticas da Gestão de Controle de Riscos.

Controles de gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco *versus* retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

- i. Risco operacional** - É a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional em atendimento à regulamentação vigente, que tem como objetivo a identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional. A área responsável é uma unidade de controle independente, segregada da unidade da Auditoria Interna. Com aprovação da Diretoria Colegiada, são definidas as políticas de gerenciamento que servirão como base para realização dos trabalhos. A área de Risco Operacional é a responsável por implementar a estrutura, disseminar o conhecimento e subsidiar as demais áreas para aderência, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas na política Interna de Riscos.

O Banco possui um Plano de Continuidade de Negócios que contém estratégias a ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes de paradas, ou qualquer tipo de incidentes em nossos sistemas eletrônicos de processamento, controle, arquivos e de comunicação.

A área de Controle de Riscos é a área responsável pelos riscos quantitativos. A metodologia utilizada para o cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD) é o modelo básico de alocação de capital (BIA).

- ii. Risco de crédito** - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O gerenciamento de risco estabelece a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de áreas geográficas e setores industriais, e por emissores e faixas de classificação de crédito, além de executar procedimentos para recuperação de créditos.

No gerenciamento do risco do crédito o Banco estabelece uma estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de Crédito, revisa e avalia o risco de Crédito, limita concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores industriais, e por emissores e faixas de classificação de crédito, além de executar procedimentos para recuperação de créditos. Todas as operações de crédito são aprovadas pela Diretoria do Banco e temos como política não possuir alçadas para exposição a qualquer tipo de risco, com exceção ao produto Cartão de Crédito que tem política própria e também tem a aprovação da Diretoria.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor e papéis de outras instituições, desde que aprovadas pelo comitê de crédito, avais etc. A avaliação da eficiência desses instrumentos é considerada o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte, o garantidor etc., entendendo a administração que o montante é suficiente para cobrir eventuais perdas significativas.

- iii. Risco de liquidez** - É a eventual dificuldade em honrar suas obrigações financeiras, em razão dos descasamentos dos fluxos financeiros de ativos e passivos. No gerenciamento de risco, o fluxo de caixa é elaborado pela área de risco para monitorar a posição financeira atual do Banco. Diariamente, são efetuados testes regulares de estresse com uma variedade de cenários nas condições normais e mais severas do mercado.

- iv. **Risco de mercado** - É a exposição em fatores de riscos, tais como de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

No gerenciamento de risco é controlada a exposição das carteiras e realização de testes de estresses. As operações são divididas em: (i) Trading Book, realizadas com intenção de negociação (carteira de negociação); e (ii) Banking Book, que são as disponíveis para venda ou mantidas até a data do vencimento (carteira de não negociação):

- **Trading Book** - Refere-se às disponibilidades em moedas estrangeiras, cotas de fundos de investimentos, títulos públicos e títulos privados.
- **Banking Book** - Refere-se às operações de crédito e captações.
- **Derivativos** - O Banco utiliza o instrumento de derivativos como instrumento de *hedge*, os derivativos utilizados são nos mercados local e externo. É efetuada a marcação a mercado diariamente.

Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento de utilização de limites previamente definidos pelo Comitê de Passivos e Ativos (COPA), do valor em risco das carteiras, das sensibilidades às oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, entre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Para atendimento ao requerido na Resolução nº 3.464/07 do Banco Central do Brasil, foi implementada no Banco uma estrutura específica para o gerenciamento do Risco de Mercado de suas operações.

A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de Value at Risk (VaR) efetuados através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de *stress* em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.490 do Banco Central do Brasil de 29 de agosto de 2007.

Gerenciamento de capital

O Bacen divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras. Os objetivos do Banco são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Banco para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter a estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O relatório de gerenciamento de risco completo, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, está disponível no *site* do Banco em: <http://www.ourinvest.com.br/pt/portifolio/empresas/documentos>.

5 Caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Moeda nacional	2.884	5.442
Aplicações em ouro ⁽¹⁾	14.701	27.493
Depósito no exterior em M/E - Conta movimento	8.255	20.251
Depósito no exterior em M/E - Conta margem ⁽²⁾	3.029	1.833
Disponibilidade em moeda estrangeira	191.481	113.568
Total	<u>220.350</u>	<u>168.587</u>

- (1) É composto de estoque no valor de R\$ 10.134 e compras não recebidas de R\$ 4.567 (2016 - R\$ 20.906 e R\$ 6.587, respectivamente), as compras não recebidas não serão constituídas como disponibilidade no demonstrativo de equivalentes de caixa, conforme Nota Explicativa nº 5b.
- (2) O saldo correspondente a Depósito no exterior em M/E - Conta margem está vinculado às operações com instrumentos financeiros e derivativos e não será constituído como disponibilidade e equivalentes de caixa, conforme Nota Explicativa nº 5b.

b. Equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades	220.350	168.587
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	82.566	223.613
Aplicações em Ouro - Compras não Recebidas	(4.567)	(6.587)
Depósito no exterior em M/E - Conta margem	(3.029)	(1.833)
Variações Cambiais não realizadas	(1.831)	2.374
Total	<u>293.489</u>	<u>386.154</u>

- (1) As Aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas como equivalentes de caixa por possuírem conversibilidade imediata, prazo original igual ou inferior a 90 dias e baixa probabilidade de alteração do seu valor nominal atualizado.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Vencimentos

São registrados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e estão assim representados:

					2017	2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Rendas a apropriar	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada						
Letra Financeira do Tesouro	-	-	52.916	(11)	52.905	120.062
Nota do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	103.551
Debêntures	2.463	661	325	-	3.449	-
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicação em Dólar - USD	26.212	-	-	-	26.212	-
Total	28.675	661	53.241	(11)	82.566	223.613

As aplicações interfinanceiras de liquidez são representadas por compromissos de revenda de títulos e estão lastreadas por LFT - Vencimento em 1º de setembro de 2022 - 6,70% a.a. (2016 - LFT - Vencimento em 1º de março de 2021, 1º de setembro de 2018, 1º de março de 2018, 7 de setembro de 2017 - 13,45% a.a.; LTN - Vencimento em 1º de abril de 2018 - 13,25% a.a.).

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras em operações compromissadas são vinculadas a debêntures, com rentabilidade média de 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (97% em 2016), tendo por objetivo satisfazer os compromissos curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da entidade) e não para investimento ou outros propósitos.

7 Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Instrumentos Financeiros

Derivativos

A carteira de TVM está assim demonstrada:

a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado - TVM

Banco Ourinvest S.A.
Demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017						
	Valor contábil					Valor de custo	Ajuste de mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Títulos livres							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	231	3.013	16.682	3.235	23.161	23.514	(297)
Certificado de depósito bancário - pré	-	-	8	5	13	14	(1)
Letras de câmbio - pós	-	857	959	1.020	2.836	2.913	(77)
Letras de câmbio - pré	-	214	1.240	440	1.894	2.080	(186)
Letras de crédito do agronegócio - pós	-	63	342	20	425	422	3
Letras de crédito imobiliário - pós	-	419	928	6.748	8.095	8.097	(2)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	16.244	-	-	16.244	16.246	(2)
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	2.300	-	-	-	2.300	2.300	-
Cotas de Fundos em Participações	680	-	-	-	680	680	-
	3.211	20.810	20.159	11.468	55.648	56.266	(562)
Vinculados a operações compromissadas							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	-	-	2.582	2.582	2.733	(151)
Letras de câmbio - pós	-	-	-	794	794	824	(30)
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	-	-	329	329	325	4
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	-	-	1.116	1.116	1.114	2
	-	-	-	4.821	4.821	4.996	(175)
Instrumentos financeiros e derivativos							
Mercado de termo a receber	-	158	-	-	158	158	-
Diferencial a pagar Swap	-	88	-	-	88	88	-
	-	246	-	-	246	246	-
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	55.360	-	-	55.360	55.367	(7)
Outros	2.033	-	-	-	2.033	2.033	-
	2.033	55.360	-	-	57.393	57.400	(7)
Total:	5.244	76.416	20.159	16.289	118.108	118.908	(744)

	2016						
	Valor contábil					Valor de custo	Ajuste de mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Títulos livres							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - pós	-	362	32.834	382	33.578	1.281	32.297
Certificado de depósito bancário - pré	-	-	39	5	44	47	(3)
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	305	881	16	1.202	1.464	(262)
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	2.406	154	474	3.034	3.026	8
Cotas de fundos em direitos creditórios	11.835	-	-	-	11.835	11.835	-
Cotas de Fundos em Participações	481	-	-	-	481	481	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	17.704	-	-	17.704	17.745	(41)
	12.316	20.777	33.908	877	67.878	35.879	31.999
Vinculados a operações compromissadas							
Títulos para negociação							
Certificado de depósito bancário - Banco CDI	-	-	-	57	57	62	(5)
Letras de crédito imobiliário - Pós	-	-	1.961	1.178	3.139	3.113	26
Letras de crédito do agronegócio - Pós	-	71	121	184	376	371	5
	-	71	2.082	1.419	3.572	3.546	26
Instrumentos financeiros e derivativos							
Mercado de termo a receber	-	1.256	974	50	2.280	2.280	-
Compras de opções de compras - COE	-	-	439	-	439	686	(247)
	-	1.259	1.413	50	2.722	2.996	(274)
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	97.096	97.096	97.354	(258)
Total:	12.316	22.107	37.403	99.442	171.268	139.775	31.493

b. Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendas com aplicações interfinanceiras	3.514	9.698	3.340
Rendas com títulos de renda fixa	6.225	15.440	16.429
Rendas de certificado de operações estruturadas	4	4	-
Rendas de fundos de investimentos imobiliários	1.429	3.383	6.143
Resultado de títulos de renda fixa	6.189	13.306	14.433
Ajuste de marcação a mercado	280	56	2.558
Total	<u>17.641</u>	<u>41.887</u>	<u>42.903</u>

c. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo e opções, registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX), envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais.

Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física, e os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com o Banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece ao Banco a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa, e para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgadas em mercados de bolsas mais a taxa do câmbio à vista.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado.

As operações em instrumentos financeiros e derivativos são representadas como parte integrante do *hedge* do Banco e estão assim apresentadas:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Diferencial a receber	Diferencial a pagar
Operações de Swap	88	-	-	-
Operações a termo - NDF	158	(265)	2.280	-
Compra de opções de ações	-	-	442	(1.270)
Total	<u>246</u>	<u>(265)</u>	<u>2.722</u>	<u>(1.270)</u>

c.1 Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações de swap	(128)	(1.919)	18.691
Futuros	(1.547)	(3.145)	65.473
Operações a termo - NDF	4.892	7.095	3.531
Operações de opções	120	(564)	281
Total	<u>3.337</u>	<u>1.467</u>	<u>87.976</u>

8 Operações de crédito/títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações de Crédito	60.076	38.378
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	262.289	223.306
Parcela a curto prazo	<u>322.365</u>	<u>261.684</u>
Operações de Crédito	3.083	5.599
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	-	510
Parcela a longo prazo	<u>3.083</u>	<u>6.109</u>
Total	<u>325.448</u>	<u>267.793</u>

- (1) Os títulos e créditos a receber são originados de transações de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, sem cobrança de encargos (Nota Explicativa nº 9a) e estão sendo apresentados para efeito desta nota, em conjunto com as operações de crédito.

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comércio	197.304	193.236
Habitação	2.318	6.643
Indústria	46.987	23.312
Intermediários Financeiros	7.106	27
Outros serviços	62.916	42.880
Pessoa Física	7.611	654
Rural	1.206	1.041
Total	<u>325.448</u>	<u>267.793</u>

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimento		
Créditos vencidos	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A partir de 15 dias	3.123	6.715
Créditos a vencer		
Até 3 meses	165.985	112.032
3 a 12 meses	151.880	142.937
1 a 3 anos	4.273	6.109
Acima de 3 anos	187	-
Total	<u>325.448</u>	<u>267.793</u>

d. Carteira de créditos/títulos a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa distribuída pelos correspondentes níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de operações de crédito		Provisão requerida	
		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
AA	0%	167.806	175.505	-	-
A	0,50%	145.446	74.309	(727)	(372)
B	1%	7.410	6.229	(74)	(62)
C	3%	1.173	2.432	(35)	(73)
D	10%	279	870	(28)	(87)
E	30%	76	4.469	(23)	(1.341)
F	50%	173	131	(87)	(66)
G	70%	334	473	(234)	(331)
H	100%	2.751	3.375	(2.750)	(3.128)
Total		325.448	267.793	(3.958)	(5.459)

e. Resultado das operações de crédito

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações de crédito	59.387	116.590	93.833
Rendas de empréstimos	59.142	115.867	92.521
Rendas de financiamentos – Interveniência	44	91	155
Rendas de financiamentos – Habitacional	201	632	1.157
Outras receitas e despesas operacionais	(29.203)	(58.943)	(31.388)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(34)	537	499
Juros sobre atraso	425	425	55
Antecipação de recebíveis	14.945	14.965	27.777
Resultado de cessão de operações de crédito	(44.539)	(74.870)	(59.719)
Resultado com operações de crédito	30.184	57.647	62.445

f. Seguros dos títulos e créditos a receber

A representatividade das operações dos títulos e créditos a receber está assegurada de acordo com as vigências e limitações de cobertura:

2017

APÓLICE	INÍCIO	FIM	% COBERTURA	LIMITE MÁXIMO INDENIZAÇÃO	VENDAS PREVISTAS (R\$)
CESCE AGRO	01/03/2017	28/02/2018	93%	30 Vezes	100.000
CESCE PADRÃO	01/06/2017	31/05/2018	90%	30 Vezes	500.000
CYC	01/10/2017	30/09/2018	90%	30 Vezes	400.000
TOTAL					1.000.000

2016

APÓLICE	INÍCIO	FIM	% COBERTURA	LIMITE MÁXIMO INDENIZAÇÃO	VENDAS PREVISTAS (R\$)
CESCE AGRO	01/03/2016	28/02/2017	93%	30 Vezes	40.000
CESCE PADRÃO	01/06/2017	31/05/2018	90%	30 Vezes	500.000
EULER	01/10/2015	30/09/2017	90%	50 Vezes	220.000
TOTAL					760.000

9 Outros créditos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Carteira de câmbio	69.127	14.189
Rendas a receber	3.029	3.590
Negociação e intermediação de valores	6.734	3.541
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	262.289	223.816
(-) Provisão	(715)	(375)
Créditos Tributários	3.594	3.851
Diversos	<u>14.427</u>	<u>31.990</u>
Total	<u>358.485</u>	<u>280.602</u>

(1) Referem-se à transação de compras mercantis realizadas por meio de cartão de crédito, que podem incorrer em taxa de desconto quando da antecipação de pagamentos aos lojistas. O ganho de tais antecipações é registrado de acordo com a liquidação do contrato na conta de receitas de antecipações de recebíveis (Nota Explicativa nº 8a).

a. Carteira de câmbio

As operações de câmbio são decorrentes das transações com o Banco:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	65.579	9.828
Direitos sobre vendas de câmbio	7.107	5.110
(-) Adiantamento de Moeda Nacional	(3.559)	(749)
Total	<u><u>69.127</u></u>	<u><u>14.189</u></u>
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(7.070)	(4.995)
Obrigações por compra de câmbio	(64.284)	(9.678)
Obrigações por vendas realizadas	-	(7)
Total	<u><u>(71.354)</u></u>	<u><u>(14.680)</u></u>

a.1 Resultado de operações de câmbio

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações a combinar	76	119	136
Rendas com banqueiros no exterior	9.997	22.319	(782)
Rendas com disponibilidade no país	34.147	69.897	5.612
Resultado do câmbio comprado/vendido	50	1.067	817
Ordem de pagamento a cumprir	21.789	37.229	92.672
Despesas com cartão	26	41	(2)
Despesas com operações de cheque	-	-	(4)
Exportações de Ouro	1.019	4.690	(3.782)
Rendas de aplicações no exterior	93	142	-
Total	<u><u>67.197</u></u>	<u><u>135.504</u></u>	<u><u>94.667</u></u>

b. Créditos tributários

Natureza e origem dos créditos tributários - 2017

Contas	Suppl. ADM ⁽¹⁾		Suppl. CIA Sec. ⁽²⁾		Total
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Diferencial a Receber Operações de Swap	(4)	(3)	-	-	(7)
Outros créditos em liquidação	-	-	217	95	312
Ajuste a Valor de Mercado	5	4	-	-	9
Provisão para Devedores Duvidos	70	56	-	-	126
Provisão de Juros e Variação Cambial	7	6	-	-	13
Provisão Bônus/Remuneração Variável	1.007	805	-	-	1.812
Provisão Passivos Contingentes	154	123	-	-	277
Outras Provisões	225	181	475	171	1.052
Total:	1.464	1.172	692	266	3.594

Natureza e origem dos créditos tributários - 2016

Contas	Suppl. ADM ⁽¹⁾		Suppl. CIA Sec. ⁽²⁾		Total
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Outros créditos em liquidação	-	-	217	95	312
Diferencial a Pagar Operações de Swap	323	258	-	-	581
Ajuste a Valor de Mercado	(22)	(19)	-	-	(41)
Provisão para Devedores Duvidos	44	35	-	-	79
Provisão de Juros e Variação Cambial	(55)	(44)	-	-	(99)
Provisão Bônus/Remuneração Variável	1.151	921	-	-	2.072
Provisão Passivos Contingentes	89	71	-	-	160
Outras Provisões	78	63	475	171	787
Total:	1.608	1.285	692	266	3.851

- (1) A Supplercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. e sua controlada adotam procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e de 20% para contribuição social, para os créditos tributários com expectativa de realização até dezembro de 2020.
- (2) A Supplier Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, para os créditos tributários com expectativa de realização até dezembro de 2021.

c. Movimentação do crédito tributário e expectativa de realização

<i>Expectativa de realização</i>		
<i>Consolidado</i>	2017	2016
Saldo no início do exercício	3.852	2.286
Constituição no exercício	2.399	2.504
Reversão/realização no exercício	(2.657)	(939)
Saldo no fim do exercício	3.594	3.851

d. Realização/constituição do crédito tributário

Período	Aproveitamento de C. Tributário		Dias corridos remanescentes	Valor Presente	
	2017	2016		2017	2016
2017	2.654	3.305	731	(1.193)	(3.128)
2018	385	247	1.096	(78)	(234)
2019	385	247	1.461	(35)	(234)
2020	170	52	1.827	(7)	(49)
Total	3.594	3.851		(1.313)	(3.645)

Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI em 30 de junho de 2017 (0,81% a.m.); o valor presente totaliza R\$ 4.038. Foi constituído crédito tributário com alíquotas de CSLL de 15% até setembro de 2015 e 20% até dezembro de 2018. Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20%.

10 Outros valores e bens

	2017	2016
Bens não de uso próprio ⁽¹⁾	4.118	-
Seguros a apropriar	1.386	748
Comissões	6	189
Outros	-	38
Total	5.510	975

(1) Em 22 de junho de 2015, a devedora Esser Holding Ltda. emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº ESSER02 Com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças, no valor de R\$10 milhões de reais, em favor da CHB Cia. Hipotecária Brasileira, cuja garantidora Esser Haifa Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu em

garantia alienação fiduciária de bem imóvel, com valor de avaliação de R\$ 20.354.000,00. A CHB Cia. Hipotecária Brasileira cedeu 50% de todos os direitos creditórios decorrentes da alienação fiduciária, bem como os direitos e obrigações da propriedade fiduciária, ao Banco Ourinvest S.A. Por força de instrumento particular de 19 de setembro de 2017, os credores fiduciários CHB Cia. Hipotecária Brasileira e Banco Ourinvest S.A., à vista da notificação à devedora fiduciante Esser Haifa Empreendimentos Imobiliários Ltda., consolidaram a propriedade do imóvel em nome dos credores fiduciários. A CHB Cia. Hipotecária Brasileira e Banco Ourinvest S.A. já qualificados proprietários providenciaram a realização do 1º e 2º Públicos Leilões Extrajudiciais, em 25 de outubro de 2017 e 26 de outubro de 2017, os quais resultaram negativos por ausência de interessados, motivo pelo qual dá plena quitação da dívida à fiduciante Esser Haifa Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme Termos de Quitação de 30 de outubro de 2017 e de 31 de outubro de 2017, passando o referido imóvel para BNDU.

11 Investimentos

a. Participação em Coligadas e Controladas

O Banco adquiriu a integralidade das ações ordinárias da Omni Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., atualmente Ourinvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 25 de março de 2013, que representa 50% do seu capital social, quantidade de 300.010 ações, pelo valor de R\$ 1.362. Essa transação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 8 de novembro de 2013. Como a aprovação pelo Banco Central do Brasil era condição determinante para a transferência das ações, foi apurado o ágio na compra das ações, no valor de R\$ 1.052. O referido ágio está classificado como fundo de comércio em virtude de ter duração indeterminada do investimento e será amortizado quando da liquidação do investimento, considerando os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do Bacen.

Conforme Instrumento de Venda, Compra e Permuta de Ações e Outras Avenças de 26 de junho de 2017, o Banco vendeu a totalidade de suas ações com motivos de embasamento técnico da venda pelo Banco Ourinvest S.A.; das ações que detinha na Ourinvest DTVM S.A., o valor considerado na venda foi o valor contábil mais o ágio do investimento com data-base de 31 de maio de 2017, considerado pelo Banco a valor de mercado (valor justo).

O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes:

	2016
Ourinvest DTVM S.A.	
Cotas/ações	10.000.000
Participação no Capital - %	50,00%
Patrimônio Líquido Ajustado	11.063
Lucro Líquido	2.696
Resultado de Participação em Coligada	1.348
Ágio	1.052
Total de Participação	<u>1.052</u>

b. Outros investimentos

	2017	2016
Ações e Quotas	200	206
Obras de Arte	12	12
(-) Provisão para Perda em Ações e Quotas	-	(35)
Total	212	183

12 Imobilizado de uso

				2017	2016
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Outras Imobilizações de Uso					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.368	(886)	482	446
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	10%	645	(381)	264	274
Sistemas de Processamento de Dados	20%	3.916	(2.976)	940	906
Total		5.929	(4.243)	1.686	1.626

13 Intangível

				2017	2016
	Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido	
Licença de Uso - Adquirida até out/13	4.166	(3.684)	482	69	
Licença de Uso - Adquirida após out/13	1.066	(472)	594	1.355	
Total	5.232	(4.156)	1.076	1.424	

Segregação de aquisição do intangível conforme Carta-circular Bacen nº 3.624, de dezembro de 2013.

14 Depósitos

a. Carteira

	01 a 90 dias	91 a 360 dias	1 a 3 anos	Total 2017	Total 2016
Depósito a prazo – Pré fixado	5	384	3	392	364
Depósito a prazo – Pós fixado	55.910	47.239	60.587	163.736	248.189
Depósito de garantia especial	-	-	-	-	8.549
Total	55.915	47.623	60.590	164.128	257.102
Parcela a curto prazo				103.538	165.862
Parcela a longo prazo				60.590	91.240

b. Operações de captação do mercado

	2º Sem/2017	2017	2016
Depósito interfinanceiro	(21)	(121)	(639)
Depósito a prazo	(9.353)	(23.879)	(35.161)
Despesas de contribuição FGC	(212)	(497)	(498)
Certificado de Operações Estruturadas	(153)	(704)	(2.453)
Operações compromissadas	(202)	(442)	(437)
Letras de crédito do agronegócio	(2.031)	(6.396)	(4.571)
Letras de crédito imobiliário	(189)	(419)	(534)
Letras financeira	(645)	(1.487)	(630)
Total	(12.806)	(33.945)	(44.923)

15 Obrigações por operações compromissadas

	Indexador	2017		2016	
		Revenda a	Recompra	Revenda a	Recompra
		Liquidar	a Liquidar	Liquidar	a Liquidar
		Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
CDB - Banco CDI - Venc. Set/2018	120,00% IPCA	-	-	57	(62)
CDB - Venc. Abr/2021	100,00% IPCA	1.788	(1.916)	-	-
CDB - Venc. Agos/2020	100,00% IPCA	210	(216)	-	-
CDB - Venc. Jan/2019	93,00% CDI	185	(197)	-	-
CDB - Venc. Jul/2019	93,00% CDI	194	(198)	-	-
CDB - Venc. Nov/2018	109,00% CDI	205	(207)	-	-
LC - Venc. Mar/2017	117,00% CDI	753	(781)	-	-
LC - Venc. Nov/2017	117,00% CDI	41	(43)	-	-
LCA - Venc. Dez/2018	92,75% CDI	-	-	213	(211)
LCA - Venc. Jul/2017	92,75% CDI	-	-	283	(281)
LCA - Venc. Jul/2018	92,00% CDI	329	(325)	-	-
LCA - Venc. Jun/2017	92,75% CDI	-	-	264	(261)
LCA - Venc. Maio/2017	92,00% CDI	-	-	146	(145)
LCA - Venc. Maio/2018	92,75% CDI	-	-	965	(951)
LCA - Venc. Nov/2018	92,75% CDI	-	-	183	(182)
LCI - Venc. Abr/2019	94,00% CDI	632	(627)	-	-
LCI - Venc. Abr/2020	95,00% CDI	272	(270)	-	-
LCI - Venc. Abr/2020	95,00% CDI	212	(215)	-	-
LCI - Venc. Fev/2017	93,00% CDI	-	-	71	(71)
LCI - Venc. Fev/2017	94,00% CDI	-	-	63	(62)
LCI - Venc. Jun/2018	94,00% CDI	-	-	184	(182)
LCI - Venc. Set/2017	93,00% CDI	-	-	58	(57)
LCI - Venc. abril/2017	98,50% CDI	-	-	65	(65)
LCI - Venc. maio/2017	98,50% CDI	-	-	444	(443)
LCI - Venc. jul/2017	98,50% CDI	-	-	576	(573)
Total		4.821	(4.995)	3.572	(3.546)

16 Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e similares

				2017	2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares					
Letras de Crédito Imobiliário - Pós ⁽¹⁾	1.023	3.431	507	4.961	5.392
Letras de Crédito do Agronegócio - Pós ⁽²⁾	33.455	46.499	-	79.954	91.017
Letra Financeira Subordinada ⁽³⁾	-	-	12.382	12.382	12.630
Captação por certificados de operações estruturadas					
Notional	-	-	-	-	11.187
Custo a apropriar	-	-	-	-	(657)
Total	34.478	49.930	12.889	97.297	119.569
Parcela a curto prazo				84.408	105.117
Parcela a longo prazo				12.889	14.452

- (1) As Letras Financeiras Subordinadas são caracterizadas por instrumento de captação do Banco, com vencimento em 30 de agosto de 2022, a taxa de 100,00% do CDI.
- (2) As Letras de Crédito do Agronegócio foram adquiridas com base na variação de 92,00% a.a. a 95,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro (DI), de acordo com a característica de cada operação.
- (3) As Letras Financeiras Subordinadas são caracterizadas por instrumento de captação do Banco, com vencimento em 30 de agosto de 2022, a taxa de 100,00% do CDI.

17 Relações interdependências - Ordens de pagamento

As ordens de pagamento são representadas por remessas financeiras de recursos “do” e “para” o exterior, em moeda estrangeira ou em reais. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em ordens no exterior a cumprir contemplava no montante de R\$ 31.367 (2016 - R\$ 78.485).

18 Obrigações por empréstimos e repasses

No exterior

As obrigações por empréstimo no exterior referem-se a empréstimos em Dólar no montante de R\$ 10.119 (2016 - R\$ 35.133), com vencimentos em dezembro de 2017, cujas taxas de juros médias são de 4,23% a.a. (2016 de 2,39% a.a. até 5,09% a.a.). A despesa com juros, variação cambial e marcação a mercado de empréstimos auferida em 2017 é de R\$ 2.027 (2016 - R\$ 8.912), e a receita com variação cambial e marcação a mercado foi de R\$ 2.067 (2016 - R\$ 5.270).

	2017	2016
Saldo inicial	35.133	38.399
Novas contratações	15.000	54.087
Atualização	75	4.113
Liquidação	(40.089)	(61.466)
Saldo final	10.119	35.133

No País

As obrigações por empréstimo no País, em 31 de dezembro de 2017, foram liquidadas. Em 2016, referiam-se a empréstimo em DI acrescido de juros no montante de R\$ 10.498, vencidos em março de 2017, cuja a taxa de juros era de 2,46% a.a. mais DI. A despesa com a atualização dos juros dessas operações em 2017 foi de R\$ 265.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	10.498	-
Novas contratações	-	10.000
Atualização	265	498
Liquidação	(10.763)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>10.498</u>

19 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

As obrigações sociais e estatutárias referem-se às provisões em participações no lucro no valor de R\$ 2.052 (2016 - 10.761).

b. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher, e valores em processos judiciais e administrativos que foram provisionados/regularizados da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ lucro	16.221	30.289
Impostos e Contribuições a recolher	5.121	6.180
Recurso Especial - Auto de Infração ⁽¹⁾	6.852	6.631
Programa de Regularização Tributária ⁽²⁾	(1.345)	-
Total	<u>26.849</u>	<u>43.100</u>

(1) Com a promulgação da MP nº 766/17, o Banco Ourinvest aderiu, no dia 29 de maio de 2017, ao Programa de Regularização Tributária (PRT). O principal benefício deste programa foi o pagamento de 20% do valor da dívida consolidada em espécie e a amortização do saldo remanescente com a utilização do crédito tributário referente ao prejuízo fiscal e saldo negativo de CSLL de sua controladora (Ourinvest Participações).

(2) O pagamento dos 20% em espécie previsto na MP nº 766/17 foi efetuado no dia 31 de maio de 2017.

c. Negociação e intermediação de valores

	2017	2016
Liquidações pendentes ⁽¹⁾	28.906	22.357
Obrigações por empréstimos de ouro ⁽²⁾	38.196	33.548
Operação mercadorias e ativos financeiros a liquidar	784	1.593
Outros	4	942
Total	67.890	58.440

(1) Saldo de liquidações pendentes referente às operações de crédito já cedidas e saldo para aquisição de fundos e títulos para os Clientes do Banco.

(2) O empréstimo com vencimento em fevereiro de 2018 no total de R\$ 36.383 (2016 - R\$ 37.502).

d. Diversos

	2017	2016
Obrigações para aquisição de bens e direitos	24	12
Despesas de pessoal	10.886	12.333
Passivo contingente	1.295	93
Credores diversos – país	171.944	105.960
Serviços administrativos Suppliercard	2.085	-
Serviços de câmbio	804	-
Serviços com transportes e segurança	1.517	-
Outros despesas administrativas	910	-
Total	189.465	118.398

20 Contingências

O Banco possui controles e políticas definidas para acompanhamento e gerenciamento dos processos judiciais. Uma vez obtidos os pareceres dos assessores jurídicos e estimado razoavelmente o valor da perda, o Banco efetua os ajustes necessários para contabilizar os prováveis efeitos adversos dos processos em sua posição financeira. Nos exercícios de 2017 e 2016, são representadas algumas ações judiciais com probabilidades de perda provável ou possível, tais como:

	2016				2017
	Saldo Inicial	Entradas	Reversão	Ajuste Selic	Saldo Final
Risco provável					
CDC - Financiamento de Veículos	271	676	(364)	122	705
Outros	-	1.927	(1.338)	-	590
Total	271	2.603	(1.701)	122	1.295

	2016			2017
	Saldo Inicial	Entradas	Baixas	Saldo Final
Risco possível				
CDC - Financiamento de Veículos	16	-	-	16
Cartão de Compra Suppliercard	63	102	-	165
FII	963	54	-	1.017
Próprios - Ourinvest	1.130	-	(845)	285
Suppliercard - Ourinvest	-	256	-	256
Total	2.172	412	(845)	1.739

21 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - 2017					
	Banco	DTVM	Suppl. Adm	Suppl. CIA	Consolidado
Resultado antes da tributação sobre o lucro	39.355	4.911	2.147	1.601	48.014
Participação no lucro	(2.929)	(231)	(291)	-	(3.451)
Juros sobre o capital próprio	(5.900)	(1.100)	-	-	(7.000)
Resultado antes do IR e CS do exercício	30.526	3.580	1.856	1.601	37.563
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.112	-	-	-	4.112
Despesas indedutíveis	1.030	2	-	-	1.032
Ajuste ao valor de mercado	-	360	755	-	1.115
Desp. de provisões compassivos contingentes	585	-	-	-	585
Termo a liquidar	2.218	-	-	-	2.218
Equivalência patrimonial	-	-	861	-	861
Despesas em operações com derivativos	-	5	-	-	5
Donativos	-	46	-	-	46
Redução do valor recuperado	-	-	193	-	193
Desp. Com renda variável	-	-	974	-	974
Varição cambial negativa	-	-	389	-	389
Outros	-	-	2.581	-	2.581
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(4.982)	-	-	-	(4.982)
Resultado de equivalência patrimonial	(558)	-	-	-	(558)
Ajuste ao valor de mercado	(251)	-	(655)	-	(906)
Desp. Com renda variável	(35)	-	-	-	(35)
Atualização swap	-	-	(1.229)	-	(1.229)
Empréstimo no exterior	-	-	(248)	-	(248)
Equivalência patrimonial	-	-	(2.440)	-	(2.440)
Reversão de provisões operacionais	-	-	(3.156)	-	(3.156)
Redução do valor recuperado	-	-	-	(1.466)	(1.466)
Outros	-	-	-	(40)	(40)
Ajustes prudencial	-	-	291	-	291
Total	32.645	3.993	172	95	36.905
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	-	-	-	-	-
Base de cálculo	32.645	3.993	172	95	36.905
Imposto de renda (Deduzido incentivos fiscais em 2016 - RS 370)	(7.872)	(938)	(26)	(14)	(8.850)
Contribuição social	(6.529)	(799)	(34)	(9)	(7.371)
Ativo fiscal diferido	(258)	-	-	-	(258)

Imposto de renda e contribuição social - 2016					
	Banco	DTVM	Suppl. Adm	Suppl. CIA	Consolidado
Resultado antes da tributação sobre o lucro	63.810	9.471	13.307	(1.633)	84.955
Participação no lucro	(1.742)	(508)	-	-	(2.250)
Juros sobre o capital próprio	(4.200)	(918)	(3.028)	-	(8.146)
Resultado antes do IR e CS do exercício	57.868	8.045	10.279	(1.633)	74.559
Adições					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.219	-	-	1.163	2.382
Ajuste ao valor de mercado	-	4.500	-	-	4.500
Desp. Com provisão com passivos contingentes	24	-	-	-	24
Despesas indedutíveis	3.570	-	22	-	3.592
Resultado renda variável	(56)	-	-	-	(56)
Ecesso Pgto. Juros s/capital	13	-	-	-	13
Despesas em Op. Com derivativos	-	64	-	-	64
Donativos	-	45	-	-	45
Equivalência patrimonial	-	-	1.633	-	1.633
Outros	-	-	8.481	-	8.481
Exclusões					
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(2.525)	-	(964)	-	(3.489)
Termo a liquidar	(2.230)	-	-	-	(2.230)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.268)	-	-	-	(2.268)
Ajuste ao valor de mercado	(2.287)	(4.704)	-	-	(6.991)
Total	53.328	7.950	19.451	(470)	80.259
(-) Prejuízo fiscal de períodos anteriores - Limite 30%	(11.680)	-	-	-	(11.680)
Base de cálculo	41.648	7.950	19.451	(470)	68.579
Imposto de renda (Deduzido incentivos fiscais em 2016 - R\$ 370)	(10.018)	(1.919)	(3.288)	-	(15.225)
Contribuição social	(8.330)	(1.590)	(2.637)	-	(12.557)
Ativo fiscal diferido	(4.672)	-	-	-	(4.672)

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerado a partir de 1º de setembro de 2015 de 15% para 20% e após 2018 para 15%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificadas no ativo não circulante e passivo não circulante. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

22 Patrimônio líquido

Patrimônio Líquido	Controlador			Participação do não controlador		2017
	Descrições de conta:	Banco (A)	DTVM (B)	SupplierCard ADM (C)	Total	
CAPITAL SOCIAL	44.000	10.000	58.738		112.738	
ACOES ORDINARIAS PAIS	22.000	5.000	58.738		85.738	
ACOES PREF.N/CUMULAT.N/RESGPAIS	22.000	5.000	-		27.000	
RESERVAS DE LUCROS	55.429	7.443	1.923		64.795	
RESERVA LEGAL	6.335	480	1.628		8.443	
RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	49.094	6.963	296		56.353	
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-		78.104	
Total	99.429				177.533	

Patrimônio Líquido	Controlador	Participação do não controlador		2016
Descrições de conta:	Banco ^(A)	DTVM ^(B)	SupplierCard ADM ^(C)	Total
CAPITAL SOCIAL	44.000	5.000	52.577	101.577
ACOES ORDINARIAS PAIS	22.000	2.500	52.577	77.077
ACOES PREF.N/CUMULAT.N/RESGPAIS	22.000	2.500	-	24.500
RESERVAS DE LUCROS	30.030	2.422	7.315	39.767
RESERVA LEGAL	5.234	166	1.259	6.659
RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	24.796	2.256	6.057	33.109
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	-	(4.649)	(4.649)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	-	-	-	62.666
Total	74.030			136.696

Banco ^(A)

Capital

O capital social subscrito e integralizado estava representado e dividido em 6.824.602 (seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil seiscentas e duas) ações, sendo 3.412.301 (três milhões, quatrocentos e doze mil trezentas e uma) ações ordinárias e 3.412.301 (três milhões, quatrocentos e doze mil trezentas e uma) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal, por acionistas domiciliados no País.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2017, constitui reserva legal no valor de R\$ 1.101 (2016 - R\$ 1.952).

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas do Banco. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. O Banco registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2017, não foi destinado dividendos mínimos obrigatórios (2016 - R\$ 9.274). De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, durante o exercício de 2017 ocorreu uma distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$ 5.900 (2016 - R\$ 4.200).

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundo de lucros após as destinações legais, será utilizado para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

Ourinvest DTVM S.A. ^(B)

Reservas de lucros

O Capital Social é de R\$ 10.000 (2017-2016) e está representado por 10.000.000 ações, sendo 5.000.167 ON e 4.999.833 PN, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país, com base na ata de assembleia geral extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2014.

Reservas de lucros

Reserva legal: constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitado a 20% do capital social. Outras reservas de lucros: constituídas pelo saldo remanescente dos lucros, após todas as destinações.

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizado para absorver os prejuízos acumulados, quando houver, e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos ou distribuição de dividendos.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pelo Banco. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais. No exercício de 2017, a Distribuidora não destinou a título de dividendo mínimo obrigatório (2016 - R\$ 259).

Juros sobre o capital próprio

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Distribuidora destinou a juros sobre o capital próprio R\$ 1.100 (2016 - R\$ 918).

Suppl. Adm. de Cartões de Crédito S.A. ^(c)

Capital social

O capital social da Supplercard autorizado é representado por 193.595.497 (2016 - 125.074.440) ações ordinárias e nominativas, todas de domiciliados no País, totalizando R\$ 58.738 (R\$ 52.577 em 2016). Em 18 de abril de 2017, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária o aumento de capital no montante de R\$ 15.000, passando o capital social para R\$ 64.738, divididos em 163.255.761 ações. Em 9 de agosto de 2017, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital no montante de R\$ 16.000, passando o capital social para R\$ 48.738, divididos em 163.255.761 ações. Em 27 de dezembro de 2017, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no montante de R\$ 10.000, passando o capital social para R\$ 58.738, divididos em 193.595.497 ações.

23 Receitas de prestação de serviços

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Administração de fundo de investimento imobiliário	1.175	2.286	2.221
Comissão e colocação títulos	8.272	16.903	11.657
Tarifas de tarifas	7.739	14.762	2.217
Corretagens em oper.bolsa/custódia	940	1.668	1.309
Tarifas de operações de câmbio	1.830	3.296	2.027
Administração de carteira	-	-	14
Outros serviços	-	-	7.586
Total	<u>19.956</u>	<u>38.915</u>	<u>27.031</u>

24 Despesa de pessoal

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração	(28.893)	(54.893)	(52.558)
Encargos	(9.320)	(17.902)	(15.315)
Benefícios	(4.766)	(9.155)	(7.404)
Treinamento	(301)	(503)	(225)
Total	<u>(43.280)</u>	<u>(82.453)</u>	<u>(75.502)</u>

25 Outras despesas administrativas

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(11.095)	(22.541)	(37.677)
Depreciações e amortizações	(704)	(1.348)	(1.234)
Propaganda, promoções e publicidade	(545)	(1.004)	(833)
Processamento de dados	(1.652)	(3.268)	(2.059)
Comunicações	(1.457)	(2.797)	(2.510)
Aluguéis	(2.133)	(4.234)	(3.947)
Transportes e viagens	(414)	(811)	(131)
Segurança e vigilância	(8.008)	(14.910)	(12.929)
Manutenção e conservação de bens	(298)	(532)	(303)
Contribuições filantropicas	(318)	(328)	(420)
Serviços de sistema financeiro	(9.420)	(19.360)	(12.884)
Água, energia e gás	(184)	(361)	(168)
Seguros	(2.451)	(4.809)	(4.344)
Outras	(3.203)	(7.264)	(3.728)
Total	<u>(41.882)</u>	<u>(83.567)</u>	<u>(83.167)</u>

26 Despesas tributárias

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa com ISS	(1.003)	(1.857)	(927)
Despesa com COFINS	(6.818)	(13.205)	(15.277)
Despesa com PIS	(1.160)	(2.235)	(2.604)
Tributos estaduais, municipais e federais	(365)	(1.379)	(1.880)
Total	<u>(9.346)</u>	<u>(18.676)</u>	<u>(20.688)</u>

27 Outras receitas operacionais

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado financeiro	129	129	1.334
Recuperação de encargos e despesas	191	598	358
Variações monetárias	2.516	2.903	49
Reversão de provisões operacionais	-	-	162
Rendas de variações de empréstimo de ouro	1.934	3.868	4.032
Remuneração de capital	5	10	459
Distrato comercial	-	-	2.065
Total	<u>4.775</u>	<u>7.508</u>	<u>8.459</u>

28 Outras despesas operacionais

	<u>2º Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Desp. Prov. Oper. - B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão	-	(7)	(66)
Multa indedutível	-	-	(322)
Auto de infração ⁽¹⁾	(112)	(221)	(6.631)
Descontos concedidos - Clientes - Supliercard ²	(350)	(805)	-
Passivo contingente	(378)	(870)	(1.303)
Outros ⁽³⁾	(1.560)	(1.834)	-
Total	<u>(2.400)</u>	<u>(3.737)</u>	<u>(8.322)</u>

(1) Em concordância com a Nota Explicativas nº 18 - Fiscais e previdências, valor correspondente à correção do Auto de Infração, segundo seguimento do Programa de Regularização Tributária (PRT).

(2) Descontos concedidos aos associados do produto cartão de crédito Supliercard.

- (3) Comissão garantia SWAP Itaú - Suppliercard.

29 Resultado não operacional

	<u>2° Sem/2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Seguro	(1.140)	(1.602)	-
Outros	68	(230)	-
Total	<u>(1.072)</u>	<u>(1.832)</u>	<u>-</u>

30 Limites operacionais - Acordo de Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 9,25% (2016 - 9,875%) mais adicional de Capital Principal de 1,250% (2016 - 0,625%) do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central, objetivando fazer frente aos possíveis riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez ao Banco. A partir de 1° de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do Risk Weighted Asset (RWA) com base no Patrimônio de Referência, com a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de mercado, risco de crédito e riscos operacionais. Esse índice está sendo calculado de forma consolidada.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio de referência	135.560	113.613
Patrimônio de referência exigido	85.711	64.013
Parcela de risco de crédito	38.141	44.148
Parcela de risco de mercado	22.863	7.437
Parcela de risco operacional	24.707	12.427
Total do ativo ponderado pelo risco	<u>926.603</u>	<u>648.241</u>
Índice de Basileia	14,63%	17,53%

31 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Banco e demais empresas do Grupo Ourinvest.

Conforme Nota Explicativa nº 11a, o Banco vendeu as ações para os acionistas da Ourinvest Participações S.A., (“Holding Ourinvest”) pelo valor patrimonial (inclusive o ágio do investimento), considerado como sendo valor justo a mercado, conseqüentemente não houve resultado na venda.

Os principais saldos e resultados de transações foram:

		<u>2017</u>	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		104	-
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	104	-
		<u>2016</u>	
		Ativos	Receitas
Outros créditos diversos		130	1.471
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Rendas Serv. Remuneração/Movimentação	130	-
Suppliercard Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Comissão s/ remuneração quadrimestral	-	1.471
		<u>2017</u>	
		Ativos	Receitas
Outros obrigações diversos		(7.462)	(10.722)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	(3.504)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Crédito/Cobrança	-	(10.722)
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Repasse de cobrança	(2.638)	-
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	(1.310)	-
Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos	Repasse de cobrança	(10)	-
		<u>2016</u>	
		Ativos	Receitas
Outros obrigações diversos		(4.459)	(18.203)
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Comissão quadrimestral	(2.991)	-
Suppliercard Adm. Cartões de Crédito S.A.	Crédito/Cobrança	-	(18.203)
Ourinvest FIDC Financeiro - Suppliercard	Repasse de cobrança	(907)	-
Supplier Cia Sec. de Créditos Financeiros	Repasse de cobrança	(551)	-
Cia. Ourinvest Securitizadora de Créditos	Repasse de cobrança	(10)	-

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Depósitos bancários	881	-	857	-
Depósito à vista – Banco Ourinvest S.A.	881	-	857	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.005	255	9.976	561
CDI pós – Banco Ourinvest S.A.	3.005	255	9.976	561
Títulos e valores mobiliários	57	141	2.366	191
CDB Banco CDI – Banco Ourinvest S.A.	-	23	299	174
Letras de crédito do agronegócio - pós	13	12	1.231	-
Letras de crédito Imobiliário - pós	44	2	-	-
COE - Banco Ourinvest S.A.	-	35	819	43
Opções de COE - Banco Ourinvest S.A.	-	69	17	(26)
	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Passivo	Despesa	Passivo	Despesa
Prejuízo com títulos e valores mobiliários	382	-	654	-
Banco Ourinvest S.A.	382	-	654	-

Outras partes relacionadas - Pessoal-chave da Administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores totalizou R\$ 2.884 (2016 - R\$ 2.841). O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (a) Diretores e membros do Conselho Fiscal e semelhantes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até segundo grau.
- (b) Pessoas físicas e jurídicas que participem com mais de 10% de seu capital social.

32 Administrações de fundos/sociedades de investimentos

O Banco é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos cujos ativos totais são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de Investimento Imobiliário Península	2.995.593	3.122.458
Fundo de Investimento Imobiliário UBS	29.819	-
Total	3.025.412	3.122.458

33 Outras informações

- (a) Os valores de depositários em custódia, registrados em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 2.917.821 (2016 - R\$ 991.512).
- (b) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.
- (c) Seguros:

Seguros do grupo	Banco	DTVM	Suppliercard Adm	Total
	2017	2017	2017	2017
Riscos corporativos (operações, transações e riscos)	15.000	5.000	-	20.000
Seguro para operações (operações de crédito, mercado capitais)	77.433	10.000	1.000.000	1.087.433
Riscos de ocupação (incêndio, danos elétricos, responsabilidades civis)	6.257	572	-	6.829

Seguros do grupo	Banco	DTVM	Suppliercard Adm	Total
	2016	2016	2016	2016
Riscos corporativos (operações, transações e riscos)	15.000	5.000	-	20.000
Seguro para operações (operações de crédito, mercado capitais)	93.709	-	760.000	853.709
Riscos de ocupação (incêndio, danos elétricos, responsabilidades civis)	4.487	-	-	4.487

Eventos subsequentes

- Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 31 de janeiro de 2018, deliberou-se o aumento do capital social para R\$ 60.000, mediante a incorporação de reservas especiais de lucros, mantendo-se a mesma quantidade de ações.